b) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

O valor da PECLD está classificado em 6 (seis) classes distintas, com base no vencimento dos títulos na data de 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021
A Vencer	34.220	21.896
Vencidos até 30 dias	19.772	28.825
Vencidos até 90 dias	51.586	40.794
Vencidos até 120 dias	43.538	18.504
Vencidos até 180 dias	84.256	26.378
Vencidos há mais de 180 dias	567.280	554.292
Total	**800.652**	**690.689**

c) Movimentação na Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero reconhece a Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei n.º 9.430/96, o histórico de inadimplência dos clientes e a sua relevância. No cálculo da provisão são considerados todos os valores de receitas próprias que estejam em débito no período de apuração, e as empresas que apresentarem débitos no período de apuração, são incluídos na provisão todos os valores faturados até a medição, incluídos boletos vincendos.

Em 31 de dezembro de 2022, a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R$ 800.652.

PECLD - Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	(656.966)	(627.670)
Adições	(1.100.746)	(1.509.521)
Transferência	351.426	(11.298)
Reversões	949.196	1.491.523
Saldo no fim do período	(457.090)	(656.966)

PECLD - Não circulante	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	(33.723)	(23.190)
Adições	(168.854)	(267.532)
Transferência	(351.426)	11.298
Reversões	210.441	245.701
Saldo no fim do período	(343.562)	(33.723)
Total	**(800.652)**	**(690.689)**

9. Impostos, taxas e contribuições

a) Tributos a recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R$ 38.074, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, créditos de PIS e COFINS e apuração de saldos negativos de IRPJ e CSLL.

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	5.810	6.334
INSS	71	10.245
Imposto a recuperar (retido) - Lei 9.430/96	1.785	652
IRRF e IRPJ/CSLL	30.271	6.210
ISS	137	131
(-) Perda estimada crédito tributário	-	(10.173)
Total	**38.074**	**13.399**

A variação, na rubrica IRRF e IRPJ/CSLL, decorre especialmente de Pagamento a maior e de Saldo negativo de IRPJ/CSLL de 2022, apurados e recolhidos ao longo do exercício por meio de balancete de suspensão e redução, bem como retenções na fonte realizadas por clientes e Imposto de renda retido sobre as aplicações financeiras, cujos créditos serão compensados com débitos vincendos após transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECF) em julho/2023, conforme determina a legislação.

Os tributos a recuperar PIS/COFINS decorrem de Pedidos de Restituições em análise pela Receita Federal do Brasil (RFB) oriundos de retenções na fonte, e os saldos negativos de IRPJ e CSLL também dependem de homologação da RFB para realização das compensações com débitos vincendos.

Os créditos tributários reconhecidos como Imposto a Recuperar (retido), Lei n.º 9.430/96, referem-se às retenções na fonte realizadas pelos clientes da Infraero, nos termos do art. 64 da referida lei regulamentada pela IN RFB, n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

Em relação a perda estimada, devido a prescrição dos créditos de INSS, foi reconhecida a perda efetiva e feita a reversão do valor estimado.

b) Tributos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	9.053	18.342
INSS s/ terceiros	1.954	3.228
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	7.022	10.251
ISS a recolher	2.152	3.478
Outros	550	443
Total	**20.731**	**35.742**

c) Imunidade recíproca – ISS e IPTU

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF), em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea "a", do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República Federativa do Brasil, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.

Em razão disso, a Companhia decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas. O recolhimento de ISS no qual a Infraero apresenta valores é decorrente de retenções de Prestadores de Serviços em atendimento do art. 6º da Lei Complementar n.º 116/03.

A Infraero só reconhece a provisão mediante avaliação da probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Em razão disso, a Infraero decidiu por não realizar provisão contábil passiva relativas às ações de execução fiscal do Imposto sobre Serviços (ISS).

10. Investimentos

a) Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Participação em fundos	1.809	1.331
Obras de arte	829	873
SPE	6.200.930	6.073.530
Equivalência patrimonial	(6.200.930)	(6.073.530)
Total	**2.638**	**2.204**

As participações em fundos, R$ 1.809, que possuem mercado ativo e são negociadas em bolsa de valores, foram atualizadas ao valor de mercado e reconhecidas a valor justo. O total da participação da Infraero nas SPE, considerando a equivalência patrimonial, está até o limite do saldo de investimento em cada SPE, na forma da Lei n.º 6.404/76.

b) Investimentos mensurados a valor justo

	31/12/2022	31/12/2021
Telefônica Brasil S.A. - ON (VIVT3)	56	70
Cotas FINAM (FNAM11)	1.593	1.099
Cotas FINOR (FNOR11)	130	160
Outros	30	2
Total	**1.809**	**1.331**

c) Investimentos em coligadas

Em 31 de dezembro de 2022	Total Investimento	Resultado da Equivalência Patrimonial	Saldo do Investimento
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	1.286.033	(1.286.033)	-
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	894.250	(894.250)	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	777.385	(777.385)	-
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	2.798.861	(2.798.861)	-
Concessionária Aerobrasil - Confins	444.401	(444.401)	-
Total	**6.200.930**	**(6.200.930)**	**-**

O quadro a seguir apresenta a movimentação da participação da Infraero (49% do Capital Social) nas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE de Brasília, Rio de Janeiro e Confins.

	Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	Concessionária Aerobrasil - Confins	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**-**	**410.521**	**83.788**	**494.309**
Aporte de capital	58.800	-	-	58.800
Resultado de equivalência patrimonial	(58.800)	(410.521)	(83.788)	(553.109)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**	**-**
Aporte de capital	127.400	-	-	127.400
Resultado de equivalência patrimonial	(127.400)	-	-	(127.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**

De acordo com o item 22 – (c) do pronunciamento técnico CPC 45 (IFRS 12) – Divulgação de Participação em Outras Entidades, a investidora deve divulgar a parcela do prejuízo da investida cujo reconhecimento foi suspenso em função de ter zerado o saldo líquido das contas que integram o investimento total líquido. Em todas às SPE, investidas pela Infraero, os prejuízos apurados superaram o montante investido.

A Infraero não possui obrigações legais ou constitutivas de fazer pagamentos ou de arcar com compromissos decorrentes do passivo a descoberto de suas coligadas. Desta forma, não foi constituído passivo do excedente da equivalência patrimonial, já que a responsabilidade da Companhia é adstrita às ações integralizadas no Capital Social das coligadas.

11. Imobilizado e intangível

a) Composição imobilizado

	31/12/2022	31/12/2021
Custo histórico	474.389	854.763
Depreciação	(304.192)	(610.788)
Redução ao valor recuperável	(113.614)	(97.700)
Total	**56.583**	**146.275**

b) Movimentação imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2022
Custo						
Edificações e Benfeitorias		44.371	-	(164)	-	44.207
Imobilização em Andamento		19.258	1.282	(4.749)	(829)	14.962
Instalações, Máquinas e Equips		380.940	570	(195.209)	8	186.309
Móveis e Utensílios		87.218	262	(39.583)	8	47.905
Terrenos		39.867	-	(23.229)	-	16.638
Veículos		277.899	3	(116.730)	(182)	160.990
Outros		2.819	-	(459)	-	2.360
Redução ao Valor Recuperável		(97.700)	(15.914)	-	-	(113.614)
Bens em Comodato		2.391	-	(1.373)	-	1.018
Total		**757.063**	**(13.797)**	**(381.496)**	**(995)**	**360.775**
Depreciação acumulada						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(7.629)	(4)	-	-	(7.633)
Instalações, Máquinas e Equips	10% e 5% a.a.	(290.600)	(4.351)	173.385	829	(120.737)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(71.564)	(1.072)	36.253	(8)	(36.391)
Veículos	25% a.a.	(240.013)	(1.772)	103.200	171	(138.414)
Outros		(163)	(40)	2	3	(198)
Bens em Comodato		(819)	-	-	-	(819)
Total		**(610.788)**	**(7.239)**	**312.840**	**995**	**(304.192)**
Imobilizado líquido		**146.275**	**(21.036)**	**(68.656)**	**-**	**56.583**

c) Composição intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Custo histórico	106.132	107.393
Amortizações	(67.726)	(70.511)
Redução ao valor recuperável	(5.809)	(7.875)
Total	**32.597**	**29.007**

d) Movimentação intangível

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2022
Custo						
Licença de uso de software		99.406	2.977	(3.996)	2	98.389
Marcas, direitos e patentes		13	2	-	-	15
Software em desenvolvimento		7.974	-	(246)	-	7.728
Redução ao valor recuperável		(7.875)	-	2.066	-	(5.809)
Total		**99.518**	**2.979**	**(2.176)**	**2**	**100.323**
Amortização acumulada						
Licença de uso de software	20% a.a.	(70.498)	(445)	3.232	(2)	(67.713)
Marcas, direitos e patentes	20% a.a.	(13)	-	-	-	(13)
Software em desenvolvimento		-	-	-	-	-
Total		**(70.511)**	**(445)**	**3.232**	**(2)**	**(67.726)**
Intangível líquido		**29.007**	**2.534**	**1.056**	**-**	**32.597**

e) Teste de recuperabilidade

As projeções de receitas e despesas utilizadas na elaboração do fluxo de caixa que compõem o teste de recuperabilidade são as mesmas adotadas no Orçamento e no Planejamento Empresarial aprovado pela Alta Administração para o ano de 2023.

Outro elemento preponderante e com expressiva influência sobre os resultados é a orientação do Governo Federal, quanto a continuidade do Programa de Concessão de Aeroportos da rede.

Para o ano de 2023, tanto as receitas como as despesas operacionais esperadas serão próximas a prognose do movimento operacional realizada em 2022 e o valor das tarifas e receitas operacionais atualizadas, pelo critério de reajuste usual (PIB, IPCA e Reajuste Tarifário), em conformidade com os limites autorizados pelo órgão regulador (ANAC). Salientamos, que para o ano de 2022 os critérios de projeção foram os usualmente adotados historicamente, inclusive dispêndio com pessoal.

Para composição do estudo, ora em evidência, foram adotadas as seguintes evidências econômicas externas:

(a) PIB estimado para 2023 de 0,87%;

(b) Inflação para 2023 de 5,40%, cabe destacar que esta inflação é formada em sua maioria pela alta dos preços dos combustíveis, o que ocasiona o aumento do custo da viagem pelo modal aéreo e, consequentemente, reduz a demanda por serviços aeroportuários;

(c) Normalização da demanda de passageiros e aeronaves;

(d) Manutenção do dólar (*) [1] na casa dos R$ 5,47, o que desestimula viagens ao exterior;

(e) Transferência de 15 aeroportos da rede Infraero na 7ª Rodada de Concessões; e

(f) Continuidade do programa de concessões de aeroportos, com previsão de concessão completa de todos os ativos da Infraero durante o biênio 2023/2025, o que limitou o prazo de composição dos fluxos de caixa estimados a apenas 12 (doze) meses.

Para apuração do Valor Presente foram adotados os seguintes elementos:

(a) Fluxo de caixa elaborado com base nos valores de receitas e despesas constante do orçamento da Infraero aprovado para o ano de 2023, decorrente do uso de ativos agrupados por Unidade Geradora de Caixa (UCG), em detrimento a ativos individualizados. No caso da Infraero, se entende como UGC os aeroportos cuja administração lhe foi delegada pela União Federal;

(b) Prazo para projeção de receitas de 12 (doze) meses;

(c) Taxa de desconto que equivale ao Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) ou WACC, em inglês, de 10,56%, o qual refere-se a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dado que 100% do retorno da Infraero tende a ser utilizado para pagamento da remuneração do sócio principal, ou seja, a União Federal.

(d) Não foi adotada perpetuidade, dado prazo limitador de 12 (doze) meses adotado para composição do fluxo de caixa.

(e) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado

Os valores de depreciação e amortização reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2022 totalizam R$ 7.684, sendo R$ 7.239 referentes a depreciação e R$ 445 amortização (R$ 45.069 em 31 de dezembro de 2021, sendo R$ 42.868 depreciação e R$ 2.201 amortização).

12. Outros Ativos

Ativos	31/12/2022	31/12/2021
Empregados cedidos (i)	8.196	23.482
PAMI coparticipações a receber	7.480	7.482
Outros ativos	1.157	1.157
Total	**16.833**	**32.121**

(i) São valores a receber relativo ao custo dos empregados cedidos à órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

13. Provisão para demandas judiciais

A Infraero é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos administrativos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de seus processos judiciais e administrativos conduzido pelo departamento jurídico próprio e por advogados internos.

A Companhia avalia suas contingências, tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e os valores estimados, são elaborados com base em análise da Superintendência Jurídica e melhor julgamento da Administração, de acordo com os níveis de risco.

Com base em informações do jurídico, a Administração efetuou análise dos processos judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, analisou, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituição de provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso.

A Companhia constituiu provisões para contingências suficientes para cobrir as perdas referentes aos processos judiciais, pelos quais ela é considerada como ré. Já os saldos de depósitos judiciais referem-se aos depósitos em juízo efetuados por determinação judicial, de acordo com as particularidades de cada uma das causas.

A Infraero é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

a) Ações Trabalhistas

- Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários – Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.
- Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

b) Ações Cíveis

- Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

c) Ações Tributárias

- A Infraero está sujeita a fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais com relação às operações que realiza. A fim de elidir eventuais autuações fiscais relativas à formação da base de cálculo e quanto à incidência de determinados tributos e contribuições sobre atividades econômicas desenvolvidas pela empresa, a Companhia busca provimento judicial para obter a suspensão da exigibilidade do tributo em litígio mediante garantia em dinheiro por meio de depósitos judiciais.

d) Ações Administrativas

- A Infraero é parte envolvida em processos que tramitam na esfera administrativa de eventuais passivos perante o INMETRO, ANVISA, ANAC, Secretaria da Receita Federal do Brasil (processos decorrentes das atividades sujeitas a alfandegamento), PROCON, ANATEL e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

e) Ações ambientais

- A Infraero constitui provisões para ações ambientais decorrentes de multas aplicadas por órgãos públicos, que estão em discussão na esfera administrativa, originadas do curso normal de suas atividades ou de alegado descumprimento/não atendimento de condicionantes ambientais.

Processos judiciais e extrajudiciais provisionados

Os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados e estão demonstrados no quadro a seguir:

	Processos prováveis	
	31/12/2022	31/12/2021
Processos fiscais	15.629	26.537
Processos administrativos	62.056	92.316
Processos trabalhistas	278.499	420.227
Processos cíveis	72.985	54.275
Processos ambientais	18	1.499
Total	**429.187**	**594.854**

A seguir, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o período:

Movimentação das ações prováveis	31/12/2021	Adição	Reversão	Baixa	31/12/2022
Processos fiscais	26.538	9.260	(20.167)	-	15.631
Processos administrativos	92.315	11.445	(41.705)	-	62.055
Processos trabalhistas	420.227	174.980	(240.985)	(75.723)	278.499
Processos cíveis	54.275	148.548	(127.809)	(2.030)	72.984
Processos ambientais	1.499	61	(1.542)	-	18
Total	**594.854**	**344.294**	**(432.208)**	**(77.753)**	**429.187**

Processos judiciais e extrajudiciais não provisionados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R$ 1.731.242, conforme demonstrado:

	Processos possíveis	
	31/12/2022	31/12/2021
Processos fiscais	300.388	371.457
Processos administrativos	910.333	1.037.463
Processos trabalhistas	106.485	173.364
Processos cíveis	411.342	544.215
Processos diversos	2.694	1.719
Total	**1.731.242**	**2.128.218**